

A AMBIGÜIDADE DE TERMOS COLETIVOS EM REFERENCIAÇÃO

Alexandre Olsemann (UFPR)

ABSTRACT: This is a study on collective that it has the following hypothesis: it has in these terms ambiguity semantics when recouped for a plural textual anaphora. It is looked, in independent way, for two paradigms, textuallinguistics and referential semantics, to analyze this process, allies for a mathematical lattice theoretical one.

KEYWORDS: collectives, anaphora, ambiguity semantics.

Introdução

O principal objetivo deste trabalho é desenvolver um estudo sobre termos coletivos quando recuperados anaforicamente em processo de referenciação textual. A hipótese é de que, quando em textos jornalísticos e em referenciação, evidenciados principalmente em retomadas textuais em que o referente é singular e a retomada é plural (ou o inverso também é válido) os coletivos apresentam ambigüidade semântica: parte do termo é singular e parte é plural.

A sentença (1) exemplifica o principal caso de nossa pesquisa:

(1) **A equipe médica** se reuniu ontem. **Eles** tiveram muita divergência de idéias.

Para isso, o estudo se compõe por um duplo viés: por um lado adotamos a lingüística textual (doravante, LT) como referencial teórico para a caracterização da anáfora e de questões gerais textuais como a inserção e a recuperação em textos. Paralelamente, utilizamos questões de semântica referencial (SR) para explicar a questão referencial que envolve esse processo. Por meio da teoria matemática do reticulado, efetuamos a relação lógica (contável) que o coletivo tem com uma respectiva anáfora. A pesquisa recorre, quando necessário, a um breve panorama histórico da LT e da SR, para, na verificação do desenvolvimento científico da área, tentar entender como podemos executar a interface proposta aqui.

Contudo, há aqui um problema de incompatibilidade dessas teorias no que se refere à tentativa de uma querer responder algumas questões lingüísticas que seriam pertinentes à outra. Aspectos como referência e anáfora, por exemplo, são distintos para essas duas áreas, não havendo, a princípio, respostas que possam dar uma maior completude. Esses dois paradigmas têm focos diferentes e por vezes irreconciliáveis. Desse modo, procuramos dar conta desse problema, procurando adotar, ao máximo possível, duas vertentes distintas e independentes: uma análise do caso no discurso e uma análise do caso na forma.

Em tradicionais estudos da linguagem, lingüistas, filósofos, lógicos etc. tratam da referência¹ como representação de mundo, isto é, a relação de expressões lingüísticas com entidades de um dado modelo de mundo – levando em consideração condições de verdade. Já nos recentes estudos estritamente textuais, há a abordagem de que a referência se dá no âmbito textual em

¹ Abordagem de Frege, do famoso artigo “Über Sunn und Bedeutung”. Fonte: “Über Sunn und Bedeutung” *Zeitschrift für Philosophie und philosophische Kritik*. Oxford: Blackwell, 1892.

relações cognitivas e interacionistas. Essa visão consolidou-se com os estudos de Mondada e Dubois (2003), a partir da qual alguns pontos foram considerados fundamentais: i) a substituição do termo referência por referenciação (embora tenham valor teórico muito parecido), ii) a referência é determinada por mundos textuais, iii) ao invés de indivíduos de modelos de mundos “reais”, são instituídos “objetos do discurso” constituídos discursivamente (KOCK, MORATO e BENTES, 2005).

Desse modo, parte de nossa análise será a respeito da questão anafórica (visão da LT) tomando por base os pressupostos da LT, e parte, da questão da ambigüidade semântica que o coletivo apresenta nesse processo, em uma abordagem de SR, pois, com isso, avaliaremos se realmente ocorre um processo de ambigüidade.

O corpus analisado é composto por textos jornalísticos que foram coletados quinzenalmente de dois jornais, Gazeta do Povo (PR) e Folha de São Paulo (SP). Os textos escolhidos são de opinião, notícia, reportagem, nota policial, esportivos, editorial e se constituem em um total de 80 textos.

Desse modo, analisamos na seção 1 uma classificação anafórica para esse fenômeno de referenciação em uma abordagem discursiva. Os principais teóricos para essa pesquisa são: Mondada (2003), Bronckart (2003), Ilari (2005), Marcuschi (2003, 2005), Koch (1983, 2005), Fávero (1983) e Dubois (2003).

Já na seção 2, direcionamos nossos estudos de modo que termos de grupo ou coletivos possam ser definidos referencialmente (ou se não podem), como também comparados com outros sintagmas nominais, como os que designam espécie, genericidade e termos comuns. A definição de nosso embasamento teórico sobre semântica, apontará para os seguintes autores: Lyons (1973), Muller (2003); Cançado (2000a); Carlson (1982); Link (1983), os quais foram escolhidos principalmente por apresentarem amplo repertório na área de semântica.

1. Abordagem discursiva

Nesta seção, em razão de o nosso objeto de investigação realizar-se em processos anafóricos, temos obviamente que visitar alguns campos da lingüística textual, sendo o campo da anáfora aqui de suma importância. Optamos pela análise feita por Marcuschi, principalmente com relação às anáforas indiretas. No desenvolvimento teórico sobre anáforas, enfatizamos os elementos que se aproximam do fenômeno que estudamos, com a inserção de exemplos que consideramos pertinentes.

1.2 Anáforas

Várias são as áreas que abordam os estudos da anáfora. Segundo Marcuschi, desde a retórica clássica, usam-na com a função de substituição de um termo por um pronome em início de frase. Em gramáticas tradicionais, a anáfora encontra-se como um fenômeno de língua chamado *antitaxe* (ou substituição). Segundo Bechara (2002), o termo diz respeito a processos de retomada e antecipação textuais, tendo nos pronomes grande valor de exemplificação do que seja anáfora, por seu caráter de “substituição”.

Contemporaneamente, a anáfora é estudada por vários ramos da lingüística moderna como na sintaxe gerativa ou semântica formal, por exemplo, mas enfocamos os estudos da LT para

caracterização desse fenômeno. Nos textos, pode ocorrer com retomada de um referente textual explícito, já conhecido, ou de referentes novos, ambos por processos inferenciais. No primeiro caso, temos a denominada *anáfora direta* (AD) em um processo possivelmente mais simples de retomada textual. Geralmente, é atribuído o caráter de correferência à AD, sendo possível deduzir, de um modo muito próximo daqueles estudos clássicos, em que a anáfora substitui o termo introdutório. Segundo Apothéoz (2003, 61), “há correferência entre duas expressões sempre que elas designam no discurso o mesmo referente”. São ADs pronomes pessoais, relativos, demonstrativos, possessivos, como também, sintagmas nominais. Observamos a AD no trecho do texto, que segue

(1) Em litígio com o clube saudita Al-Ittihad, o atacante colombiano Sergio Herrera não tem previsão para estrear pelo Atlético. A informação foi dada ontem pelo técnico **Givanildo Oliveira**, ao comentar sobre a falta de opções ofensivas.

Ele também não pode contar com Dagoberto, que se recupera de cirurgia no joelho esquerdo, e Rodrigão, com suspeita de hepatite, além de sofrer com a má fase de **Dênis Marques**.

Segundo a imprensa colombiana, mesmo com contrato em vigência, Herrera teria abandonado o Al-Ittihad. O caso remete ao problema vivido por **Dênis** entre 2004 e 2005, também com um clube do Oriente Médio.

(Texto: *Atlético sofre com novo caso Denis*, de Nicolas França, caderno de esportes, *Gazeta do Povo*).

O termo *ele* faz parte de um processo de retomada de um elemento textual. Caracteriza-se por ser uma anáfora em um processo direto, que mais especificamente trata de retomar (substituição) o elemento *Givanildo de Oliveira*. Outra forma dessa retomada é por meio da repetição de um termo em referência textual, como em *Denis* quando recupera *Denis Marques* e caracteriza também uma anáfora direta por correferência. Segundo Marcuschi (2005), ocorre uma relação bi-unívoca, evidenciado-se uma relação muito forte de identificação da anáfora com o referente. Assim, são esses os dois meios de utilizarmos as ADs, ou com pronome ou com sintagma nominal.

No segundo caso, temos a anáfora indireta (AI) e tornamos completa a análise ao expormos as suas principais definições. Dos muitos estudos que se desenvolveram no Brasil, adotamos a postura de Marcuschi (2003), principalmente do texto *Anáfora indireta: o barco textual e suas âncoras*.

1.3 A Anáfora Indireta

Segundo Marcuschi (2005), as anáforas indiretas (AI) não têm antecedente explícito no texto, sendo possíveis recuperações “por tipos semânticos – baseados no texto; por tipos conceituais – baseados em conhecimentos de mundo; por tipos inferenciais – baseados em inferências fundadas no texto” (2005, p. 89). Isso, obviamente, são relações que se contrapõem à versão tradicional de anáfora direta. A AI ativa um referente novo por meio de um processo, segundo o autor, de ancoragem textual. O caso (2) que segue exemplifica um processo indireto:

(2) Ontem fomos de ônibus ao trabalho. *O motorista* foi bastante devagar, por isso chegamos atrasados. (exemplo construído)

Em (2), *O motorista* é a anáfora indireta, ancorada no contexto anterior, relacionada ao contexto anterior, principalmente no referente *ônibus*. Como veremos mais detalhadamente, a partir do sintagma *ônibus*, podemos chegar, por inferências mentais, à expressão *o motorista*, pois, para o modelo mental que temos desse veículo, é necessário uma pessoa para dirigi-lo.

Um dos primeiros textos sobre as AI foi o de Schuwarz² (apud Marcuschi, 2005, p. 59) que as conceituou da seguinte forma (os acréscimos de Marcuschi estão em colchetes):

No caso da Anáfora Indireta trata-se de expressões definidas [e expressões indefinidas e pronominais] que se acham na dependência interpretativa em relação a determinadas expressões [ou informações constantes] da estrutura textual precedente [ou subsequente] e que têm duas funções referenciais textuais: a introdução de novos referentes (até aí não nomeados explicitamente) e a continuação da relação referencial global.

Quanto à caracterização do pronome, Marcuschi apresenta o seguinte exemplo:

(3) “A equipe médica continua analisando o câncer do Governador Mário Covas. Segundo **eles**, o paciente não corre risco de vida”.

O presente estudo diverge da posição do referido autor, pois Marcuschi entende, neste caso, *eles* como uma anáfora indireta. Aqui, o referente antecedente se apresenta como o coletivo “a equipe médica”, e não há anáfora indireta na recuperação por “eles” como propõe Marcuschi (2003; 2005), mas sim um processo de correferenciação. Além dessa colocação, este estudo tenta mostrar que não há como instituir uma anáfora própria para os coletivos. A retomada faz-se de um elemento já posto e não retoma novos. *Eles* significa um subconjunto de *equipe*, representando os indivíduos (soma total) que a compõem. De modo sutil, diferencia-se de (1.1), em que ocorre mais especificidade entre a anáfora e os integrantes do grupo. Comparando as duas sentenças, vemos que a limitação a *de médicos* torna muito mais suscetível a uma análise direta de anáfora.

(1.1) **A equipe de médicos** se reuniu ontem. **Eles** tiveram muita divergência de idéias.

(3) “**A equipe médica** continua analisando o câncer do Governador Mário Covas. Segundo **eles**, o paciente não corre risco de vida”. (grifo nosso)

Para nos aprofundarmos mais nessas questões, faz-se também interessante para o estudo apresentarmos as tipologias das AI em que Marcuschi (2005) recupera Schuwarz, com uma

² Para essa classificação de anáfora indireta, Marcuschi baseia-se em estudos de Monika Schwarz, em *Indirekte Anaphern in Texten*, uma das obras tidas como referência na área.

série de modificações do autor. A principal divisão se dá em tipos semanticamente fundados e tipos conceitualmente fundados. A grosso modo, o primeiro é uma relação de léxico, vinculada a papéis temáticos. Quanto ao segundo, exige estratégias cognitivas baseadas em modelo de mundo – em nível cognitivo de conhecimento mental – vinculados ao contexto (mundo textual).

Segundo o autor, podemos detalhar e distinguir as AIs naquelas baseadas: 1) “em modelos mentais”, 2) “em papéis temáticos exigidos por verbos”, 3) “em relações semânticas a SN definidos”, 4) “estratégias inferenciais construídas e maximizadas no modelo de mundo textual”, 5) “em elementos textuais ativados por nominalizações”, 6) “pronomes que se realizam inferencialmente pelo contexto de produção”, e destas, somente a última será relacionada, aqui, ao problema deste trabalho, em razão de se encontrar em consonância com este estudo, caracterizando-se semanticamente, cognitivamente e textualmente, sendo essas as características de um processo referencial de uma anáfora com um coletivo:

f – Efetivadas por pronomes que se realizam inferencialmente pelo contexto de produção:

(7) O novo técnico trará consigo o preparador físico Wellington Vero – não foi explicada pela **diretoria rubro-negra** como fica a situação do atual titular do cargo, Riva de Carli. Givanildo também pretendia carregar o auxiliar-técnico e o preparador de goleiros do Santa, porém a intenção foi brecada pelo Atlético. “**Eles** não cederam de forma nenhuma. O presidente (do Conselho Deliberativo, Mário Celso Petraglia) falou que o pessoal de lá é bom. Mas é questão de ver. Se eu chegar e ver que não serve, vamos conversar novamente”, avisou.

(Texto: Atlético troca música clássica por maracatu, de Nicolas França, caderno de esportes, Gazeta do Povo – acessado em 25/01/2006)

Nesse caso, ao contrário da exposição de anáforas pronominais correferenciais de (1.1) e (3), ocorre aqui a retomada de referente novo, sendo a anáfora em (7) indireta. Enquanto naquela situação havia um referente – *a equipe médica*, aqui por inferências cognitivas podemos interpretar essa anáfora, que não tem referente prévio e ancora-se no contexto de *diretoria rubro-negra*. *Eles* refere-se a um grupo de indivíduos que se posicionam contrariamente à ação do treinador. Contudo, a extensionalidade desse processo é improvável.

Considerações desta seção

Em resumo, a verificação dessas anáforas marcadas por uma teoria de texto é fundamental para análise e desenvolvimento de um de nossos objetivos; caracterizar a anáfora e o coletivo. A AI que se enquadra no modelo *efetivadas por pronomes que se realizam inferencialmente pelo contexto de produção* é uma caracterização deste caso de estudo. Assim quando da anaforização de (7) há sim uma retomada de coletivo implícito co-textualmente. Não se trata aqui de uma silepse, mas sim de uma retomada que revela a ambigüidade de um termo coletivo que se comprova pela pluralização da AI. Por questões inferenciais chega-se à idéia de que o termo *a diretoria rubro-negra* seja parte do referente textual, e *eles* represente aqueles que têm a função de essas tomar decisões.

A outra anáfora que marca a relação de ambigüidade semântica é a correferência como ocorre em (1.1) e (3) em que os referentes são os “mesmos” indivíduos que constam nas anáforas. A diferença está na especificação. Em *equipe médica* é mais inferencial a relação com a anáfora. Já em *equipe de médicos* a relação é mais direta, porém em ambos os casos há um referente prévio ao qual teoricamente a anáfora refere-se. Podemos assim ver que não é um simples processo de silepse como mostram gramáticas tradicionais³, mas sim uma complexa relação que envolve questões semânticas e discursivas.

2. Abordagem semântica

A referência de sintagmas nominais é uma temática bastante discutida e analisada em lingüística. Uma linha de pesquisa referencial busca representar, em um modelo de mundo possível, expressões (como os coletivos, por exemplo) ou sentenças, que se relacionam diretamente a fatos, estados ou a valores de verdade. Assim, este capítulo objetiva verificar, por esse viés, como ocorre a relação de coletivos com os elementos do mundo. Porém, ao nos depararmos com esses termos que são somas de indivíduos (grupos), temos problemas nesse processo representacional, pois esses termos parecem “nublar” uma possível referência concreta no mundo. Assim, nesta seção, procuramos por meio de análise de temas como denotação, sentido e referência analisar como ocorre essa ambigüidade semântica e depois fazer um estudo detalhado, utilizando-nos da teoria matemática do reticulado.

2.1 Inferências

A SR se faz em torno de raciocínios lógicos. Assim, quando estamos diante de expressões coletivas, temos, necessariamente, que pensar em raciocínios válidos para limitarmos em como se classificam esses termos, e depois verificar como se refletem em processos anafóricos. A técnica, por meio de regras ou métodos, que se chega a esses raciocínios é à base de procedimentos inferenciais. A possibilidade de utilizar as anáforas numa sentença, por exemplo, sem problemas de interpretação, são inferências que fazemos. Aí está um ponto fundamental: toda anáfora é inferencial. Observe o exemplo (8) abaixo:

(8) Essa é a família de Pedro. Eles são demais.

Ao se recuperar o termo “família de Pedro” através do pronome “Eles”, inferimos sobre um termo coletivo (por conhecimento de mundo) que dentre possibilidades interativas, a anáfora “eles” retoma o sintagma “a família”. Para que isso se concretize, “a família” e “eles” devem ser os

³ Encontramos, na seção de concordância verbal das gramáticas, a silepse como uma questão de rara concordância, em que o verbo concorda com a pluralidade do coletivo. É a concordância que vai da *palavra* ao *sentido*, chamada ainda *concordância “ad sensum”*. Exemplo extraído de Bechara (2001, pág. 544): “**A plebe** vociferava as mais afrontosas injúrias contra D. Leonor: e se **chagassem** a entrar no paço, ela sem dúvida seria feita pelo tropel furioso”.

mesmos indivíduos em uma relação entre premissas. Se essa relação for bem-sucedida, pode ser assim vista na paráfrase que segue:

(9) Essa é a família de Pedro. A família de Pedro é demais.

Para a questão de referência de coletivos, consideramos de fundamental importância os conceitos de denotação, sentido e referência que fazem parte das seções que seguem.

2.2 Denotação

Uma língua, via de regra, tem instituído um léxico – um conjunto de palavras. Somado a isso, existem regras que regem essa língua e combinam essas palavras. Estas, segundo abordagem semântica, denotam algo. É desse modo que se convencionou a cada objeto, um termo. Ou seja, as expressões lingüísticas que representam o mundo e com as quais nos comunicamos, são dadas por convenção. Assim, uma das formas que a semântica utiliza é apontar para o mundo indicando aquilo que as expressões lingüísticas que estão sendo usadas, em determinados momentos, denotam. Esse caso é um grande problema quando queremos referenciar coletivos.

Lyons (1977) postula que denotação é “a relação existente entre um lexema e as pessoas, coisas, lugares, propriedades, processos e actividades exteriores ao sistema lingüístico”, e, somado a isso, os lexemas primeiro denotam algo, depois em uma sentença, quando em uma expressão referencial, aí sim tem o poder de referenciar. É somente a partir do conjunto licenciado pela denotação e pela relação que os termos têm na frase que se pode ter referencialidade em uma expressão.

No trecho que segue, para analisarmos o termo *equipe de bobsled* em sua referencialidade semântica. É importante assumir aqui que há uma relação entre o referente e a retomada anafórica, pois o que é recuperado pela anáfora é o plural dos termos, mesmo que apresentem, no termo introdutório, morfologia singular.

(10) Parte do treinamento da **equipe de bobsled** só não foi mais constrangedora porque dava para disfarçar. Sem equipamento, **eles** simulavam o impulso do trenó empurrando um carro. “Quem não sabia que eram atletas achava que estávamos ajudando alguém”, brincou Edson Bindilatti.

(texto: *Improviso move o Brasil na Olimpíada gelada* de Ana Luzia Mikos e agências, Folha de São Paulo).

Equipe de bobsled referencia os indivíduos no mundo que somados compõem a equipe. Textualmente, este termo tem uma pluralidade – denota o conjunto que o integra – ou seja, no conjunto dessa expressão há vários elementos que o compõe e que se revelam com a retomada pelo elemento *eles*.

2.3 Sentido

Muller (2003, p. 62) resume muito bem o desenvolvimento da idéia de Lyons (1977) sobre sentido, dizendo que “o sentido é o modo de apresentação através do qual uma expressão

indica sua referência, o modo como uma expressão apresenta a entidade que ela nomeia”. O sentido relaciona-se com a proposição informativa de um termo ou de um enunciado. Ele depende, desse modo, de um dado contexto, de um *tramiti* entre o que é dito e a possível relação com o mundo.

Diferentemente da denotação, o significado envolve muito mais o “conteúdo” da palavra. Se o significado se resumisse no referente teríamos uma expressão tautológica em (11), o que definitivamente não ocorre.

(11) A lua é o satélite natural da Terra.

Tanto a expressão *a lua* como *o satélite natural da Terra* denotam o mesmo referente. Porém, contêm sentidos diferentes, tanto que temos uma informação contida em (11), diferente de se postulássemos que ambas têm o mesmo referente como em (12):

(12) A lua é a lua.

Assim é possível verificarmos que *sentido*, também denominado mais comumente como *significado*, não contempla apenas o processo de denotação, e sim, como já apontamos, tem relação com o conteúdo informativo da expressão ou da sentença.

2.4 – Referência

John Lyons é um dos grandes nomes da base da lingüística moderna na área da semântica. Para Lyons (1977), referência é o processo que, por meio de uma expressão, é possível – quando bem sucedida – identificar um indivíduo no mundo. Ao processo de identificação (do lexical ao cognitivo) é dado o nome de referência.

Das sentenças que geralmente têm referência bem sucedida, segundo Lyons, podemos distingui-las em sintagmas nominais definidos e sintagmas nominais indefinidos (outras vezes não têm referência). Os definidos são caracteristicamente definidores de qual indivíduo (ou uma classe de indivíduos) estamos apontando no mundo, ou seja, em *carro*, identificamos um referente no mundo denominado de *carro* e diferenciamos-lo dos demais dentro de um dado discurso.

Ainda o autor apresenta, apesar de resumido aparato teórico, que há referência geral e que esta se caracteriza por tratar de grupos de indivíduos em que sua referência pode ser distributiva ou coletiva e caracteriza-se por tratar de um grupo de indivíduos ou de um expressão no plural. Caso tenhamos encontrado um sintagma nominal geral em que a referência divide-se apontando para cada um dos membros do grupo, temos a chamada *referência distributiva*. De outro modo, quando a referência aponta para todo o grupo, entendendo-o como coletivamente, temos a denominada *referência coletiva*.

Para uma primeira exemplificação desses posicionamentos a respeito de referenciação semântica, dispomos do seguinte texto:

(13) Para alguma coisa serviu a constatação, confirmada pelas últimas pesquisas, que os índices de popularidade do presidente-candidato Lula não despencaram com os escândalos de corrupção que destroçaram **a equipe dos companheiros petistas da primeira hora** e, em milagre que desafia interpretações, sustenta o seu favoritismo para a sonhada reeleição.

(...) “O governo tomou a decisão de mandar a medida provisória (a MP que libera R\$ 24 bilhões para as estatais) porque o Congresso não consegue votar o Orçamento”. E vai fundo no embalo da imaginação: “O **governo** não pode ficar parado, tem que administrar o país. Afinal de contas, tem muita coisa em andamento no Brasil e precisamos de dinheiro para poder tocar as obras.”

A salada mistura equívocos, desinformações e a coragem de dizer qualquer coisa na caça ao voto. Ressalve-se que está coberto de razão na crítica ao **Congresso** que não conseguiu votar o Orçamento deste ano – estamos na segunda quinzena de abril – deixando o governo com as mãos atadas. (...)

(Texto: *Lula descobriu o governo*⁴, de Villas-Bôas Corrêa, editorial, Gazeta do Povo)

De modo a explicitar a teórica apresentada, a expressão *o candidato Geraldo Alckmin*, em (13), é um termo que refere um indivíduo que, em um modelo de mundo, responde por esse mesmo nome e podemos distingui-lo dentre os demais do contexto. É o caso de referência por meio de um sintagma nominal definido, ou seja, é um caso claro de referência bem sucedida.

É a questão de nos apropriarmos das expressões referenciais que podem se referir à classe de indivíduos (gerais) e à espécie de indivíduos. Caminhando nesse sentido, temos na expressão *a equipe dos companheiros petistas da última hora* em (14), em uma primeira análise, tem como referentes os indivíduos que a integram e que somados formam a equipe – referência coletiva.

(14) “Os escândalos de corrupção que destroçaram **a equipe dos companheiros petistas da primeira hora**”.

Temos que, para a classe de indivíduos, referimo-nos de um modo geral – coletivamente – (abrange a classe no seu total), a equipe, sendo que a expressão pode ser entendida também como uma entidade. Parece, a princípio, uma referência geral.

(15) “**A maioria governista** está perdida no pantanal das denúncias do escândalo de corrupção (...)”.

Pela construção da sentença, a interpretação mais provável é a referência distributiva. Mesmo assim não a como negar que existe um referente identificável no mundo, o complexo é delimitar o seu escopo.

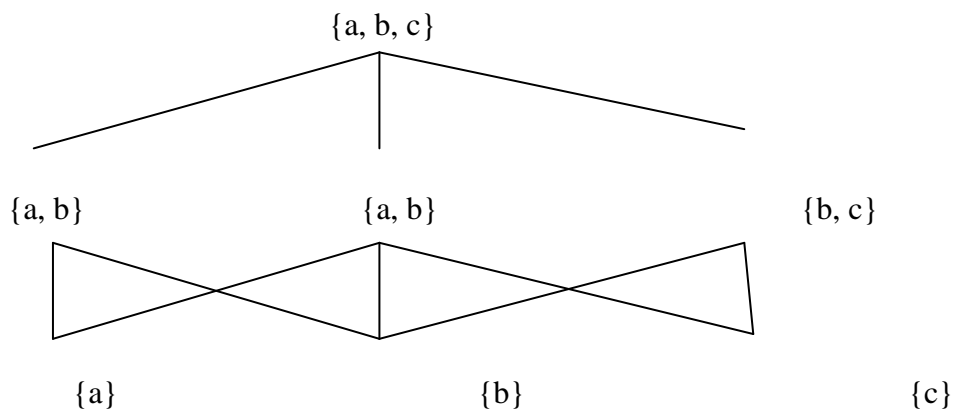
⁴ Texto da Gazeta escrito por Villas-Bôas Corrêa – no caderno Brasil.

5. RETICULADO

Como vimos em análise semântica dos termos coletivos, a recuperação anafórica que ocorre desses termos alça um plural. Precisamos de uma teoria de semântica nominal de cuja representação podemos inferir o plural (a soma que há dentro desses coletivos). Utilizamos a teoria do reticulado para mostrar como representamos nomes comuns (como “médico”) por essa teoria matemática, para depois pensarmos em seu plural (médicos), e, finalmente, o termo de grupo (equipe médica).

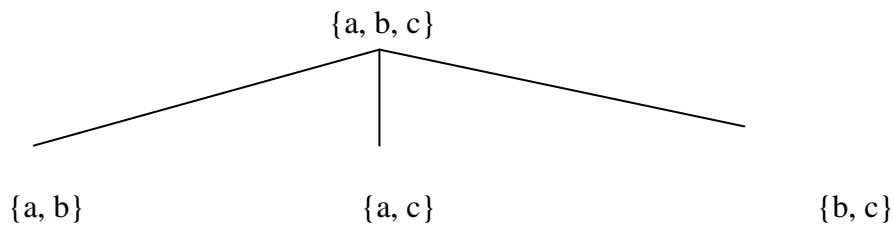
Segundo Link (1983), um sintagma nominal tem, em um tratamento referencial, como denotação, um conjunto estruturado de indivíduos. Termos como *livro* teriam, por essa visão, um conjunto dos livros como sua representação referencial; porém, diferencia-se de livros – termo semanticamente bem próximo –, assim como de água, que por sua vez diferencia-se de assembléia. Enquanto o primeiro assume a denotação de um conjunto de livros, o segundo representa um subconjunto de *livro*, que contém só somas de indivíduos.

Assim também ocorre com *assembléia* que, apesar de morfologia singular, tem características plurais, sendo que uma delas é caracteriza-se a motivação deste estudo. Para Borges (2000), em uma análise de Link, apresenta uma proposta de tratamento para os nc (s), em que “a denotação de um nc é sempre um reticulado” (BORGES, 2000, p.3). Assim, o termo *livro* ficaria representado como no diagrama (1):



$\{a, b, c\}$ é o conjunto do termo *livro*. Obviamente, simplificamos o número *livros* de nosso modelo de mundo para três. Estas estão agrupadas na parte superior do diagrama, que na teoria de reticulados denomina-se de $\{a, b, c\}$ de supremo.

Para o plural, como em *livros*, ocorre uma operação sobre o primeiro reticulado (sobre o reticulado de *livro*), que nada mais é do que o conjunto das somas ordenadas dos elementos que compõem aquele conjunto. Segue o reticulado que representa o conjunto de *livros*, sendo que serão representadas por a, b, c:



Imaginemos que esse reticulado represente o termo *livros*. Os elementos singulares são retirados do reticulado, porque em um termo plural, de um modo simplificado, não chegaremos a um termo do nosso conjunto, como no caso de *o livro*. O mesmo ocorre no coletivo, apesar de este não estar marcado pelo morfema plural, como em *livros*. O elemento *eles*, teoricamente, recuperará $\{a,b,c\}$, $\{a, b\}$, $\{b, c\}$ ou $\{a,c\}$, sendo possível retomada por correferência. Os coletivos, com morfologia singular, deveriam como exemplo de *livro* ter o mesmo reticulado. Porém, não é assim. O coletivo deve representar a soma como o último reticulado. Assim, o termo de coletivo tem “dentro dele” já a soma dos elementos, mesmo não apresentando desinência de plural.

Desse modo, o termo coletivo que tem definido textualmente mais ou menos o limite de seu conjunto ou quais elementos que compõem esse coletivo e que são possíveis de ser explicitados em um reticulado tem referência concreta no mundo, porém quando não cumpre esses quesitos têm referência vaga ou mesmo não têm referência, como os termos de grupo de Landmann (1989), que são por natureza indefinidos e que tem característica abstrata, questão bastante analisada por esse autor.

Considerações desta seção

Nesta seção de semântica, podemos perceber algumas peculiaridades a respeito de nosso caso de estudo que são:

- os coletivos (a maioria) apresentam denotação; a anáfora (exceto os sintagmas) obviamente não.
- os coletivos apresentam referência igual a da anáfora;
- os coletivos apresentam sentido diferenciado da anáfora;
- muitos coletivos funcionam como “quantificadores” de modo a determinar a quantidade de indivíduos de um sintagma nominal;
- os coletivos que têm referência concreta atribuem valor de verdade à correferência e à ambigüidade de coletivos em inserção e recuperação de termos.

Considerações gerais

O presente estudo sobre o comportamento dos coletivos mostra que analisa-los em paradigmas diferentes (LT e SR) pode ser, além de interessante, um foco abrangente e produtivo.

Ao pesquisarmos essa questão tomamos como princípio realmente essa idéia de o termo ser ambíguo. Vimos que o caso efetivava-se por referenciação (o que já era um trabalho de fôlego), mas o caso se revelou problemático referencialmente, e a semântica possibilitou explicar formalmente essa questão. Porém vimos que havia um grande distanciamento epistemológico entre as duas teorias.

Nessas considerações, alguns pontos podemos afirmar mais fortemente que outros, embora este estudo tenha sido apenas uma porta para maiores aprofundamentos. Um deles é mostrar que não há como instituir uma anáfora como própria para os coletivos nesses processos de referenciação, como inicialmente foi mostrada com Marcuschi. Cada termo deve ser analisado caso a caso e testado. Tentamos instituir uma referência “exata” para alguns coletivos, apesar de o reticulado nos mostrar que semanticamente podemos alçar um coletivo instável (abstrato). Outra questão importante foi a referência vista sob focos diferenciados, tendo, por exemplo, nos estudos de Mondada e Dubois (2003), que os elementos que compõem um texto são negociados e interpretados no ato comunicativo, compondo uma visão de que os elementos discursivos são “objetos do discurso”.

As anáforas são fundamentais para nosso caso de pesquisa para chegarmos à questão da ambigüidade. Com a correferenciação e com a anáfora indireta, foi possível mostrar que coletivos relacionam-se com texto de modo singular e plural. Nos casos de maior complexidade de coletivos, quando não há referência negociada textualmente, torna-se impossível a correferenciação. Ainda para ser mais estudados e testados, alguns coletivos como em *equipe médica* quantifica, isto é, pode determinar os indivíduos médicos dentro de um dado domínio. Outra questão a ser aprofundada, em estudos futuros, é a questão de soma pura (LINK, 1983) e soma impura (LANDMANN, 1989).

A visão aqui adotada tentou abranger o fenômeno na consonância entre LT e SR, buscando analisar cada paradigma de modo independente. Esperamos que isso tenha sido possível.

RESUMO: Este é um estudo sobre coletivos que tem a seguinte hipótese: há nesses termos ambigüidade semântica quando recuperados textualmente por uma anáfora textual plural. Procura-se, de modo independente, por dois paradigmas, lingüística textual e semântica referencial, analisar esse processo, aliados por uma teoria matemática do reticulado.

PALAVRAS-CHAVE: coletivos, anáfora, ambigüidade semântica.

REFERÊNCIAS

- APOTHÉLOZ, D. Papel e funcionamento da anáfora na dinâmica textual. In: CAVALCANTE, M.M.; RODRIGUES B.B; CIULLA A. **Referenciação**. São Paulo: Contexto, (2003).
- BECHARA, E. **Moderna gramática portuguesa**. Rio de Janeiro: Lucerna, 2001.
- BENTES, A. C. 2001. Lingüística Textual. In: Mussalin, Fernanda; Bentes, Anna Christina (orgs.) **Introdução à lingüística: domínios e fronteiras**. São Paulo: Cortez, v 1.
- BORGES NETO, J. . **Para um tratamento da quantificação**. In: 50o. Seminário do GEL, 2002, São Paulo. 50o. Seminário do GEL - Resumos. São Paulo : FFLCH/Contexto, 2002. v. 1. p. 48-48.
- BRONCKART, J-P. **Atividade de linguagem, textos e discursos: por um interacionismo sócio-discursivo**. São Paulo: Educ, 2003.
- CANÇADO, M. **O lugar da semântica em uma teoria gramatical**. Estudos lingüísticos 29:67-78 (2000a).
- CHIERCHIA, G. **Semântica**. Campinas: Editora Unicamp; Eduel, 2003.
- FARACO, C. A. **Lingüística histórica: uma introdução ao estudo da história das línguas**. 2. ed. São Paulo: Parábola, 2004.
- FÁVERO, L. L.; KOCH, I. V. **Lingüística textual**. São Paulo: Cortez. 1983.
- HALLIDAY, M.A.K.; HASAN, R. 1976. **Cohesion in english**. London, Longman.
- ILARI, R. Alguns problemas no estudo da anáfora textual. In: KOCH, I.V.; E.M. Morato; A.C. BENTES (org.). **Referenciação e discurso**. São Paulo: Contexto, 2003.
- KOCH, I. V. Referenciação e orientação argumentativa. In: KOCH, I.V; MORATO, E.M; BENTES A.C. **Referenciação e discurso**. São Paulo: Contexto, 2003.
- LANDMANN, F. **Groups I – in linguistics and philosophy 17:447-480**. 1989a.
- LYONS. J. **Semantics**. 2 vols. London & New York: Cambridge University Press, 1973.
- MARCUSCHI, L. A.. Anáfora indireta: o barco textual e suas âncoras. In: KOCH, I.V.; E.M. Morato; A.C. BENTES (orgs.). **Referenciação e discurso**. São Paulo: Contexto, 2003.
- MONDADA, L.; DUBOIS, D. Construção dos objetos de discurso e categorização: uma abordagem dos processos de referenciação. In: CAVALCANTE, M.M; B.B. RODRIGUES; A. CIULLA (orgs.). **Referenciação**. São Paulo: Contexto, 1999.
- MÜLLER, A. L. A expressão da genericidade nas línguas naturais. In: Muller, A. L.; NEGRÃO, E.V.; FOLTRAN, M.J. **Semântica formal**. São Paulo: Contexto, 2003.

MÜLLER, A. L. A semântica do sintagma nominal. In: Muller, A. L.; NEGRÃO, E.V.; FOLTRAN, M.J. **Semântica formal**. São Paulo: Contexto, 2003.

SILVA, L. P. **Retratos da lingüística textual no Brasil: gel e abralin**. Curitiba. Tese (Doutorado em Estudos Lingüísticos): Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Paraná, 2005.

WACHOWICZ, T. C. A semântica dos reticulados para os plurais em PB. In MÜLLER, A.L; NEGRÃO, E,V; FOLTRAN, M.J. (org.). **Semântica formal**. São Paulo: Contexto, 2003.